

# **Pluriatividade no Contexto da Ruralidade Contemporânea: Evolução Histórica dos Debates sobre o Tema**

## **Lauro Mattei**

- Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE)/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor Adjunto III dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## **Resumo**

---

Faz uma breve incursão pela literatura especializada sobre o tema da pluriatividade, buscando descrever os elementos centrais que marcaram a passagem dos debates da agricultura em tempo parcial para pluriatividade, noção esta que tenta explicar as mudanças contemporâneas na alocação da força de trabalho nas áreas rurais. Desta forma, através da noção de pluriatividade, observa-se que muitas unidades produtivas tornaram-se multidimensionais, ao combinarem as atividades agrícolas com diversos tipos de atividades econômicas.

## **Palavras-chave:**

---

Agricultura; Ruralidade; Pluriatividade.

## 1- INTRODUÇÃO

O conjunto das transformações estruturais do sistema capitalista do pós-guerra impactou fortemente o sistema agroalimentar mundial, tanto em termos das relações de produção como em termos do papel reservado ao espaço rural. O uso intensivo do capital na agricultura tornou os agricultores mais dependentes de fatores não-agrícolas (máquinas, equipamentos e insumos químicos), ao mesmo tempo em que integrou a agricultura aos complexos agroindustriais, reduzindo progressivamente o seu papel nas áreas rurais.

Uma análise detalhada dos resultados desse processo mostra que houve uma extraordinária elevação da produtividade do trabalho, aliada a um crescimento vigoroso da produção global de alimentos e a uma diminuição das populações que tradicionalmente ocupavam as áreas rurais. Decorre daí uma série de rupturas no modelo clássico de desenvolvimento agrário, as quais rebatem com maior intensidade sobre o sistema de produção familiar, que se vê obrigado a buscar novas formas de reprodução.

Como resultado desse processo, nota-se que, além da esfera da produção, a esfera do consumo passa a ter maior importância nas áreas rurais, fazendo emergir um conjunto diversificado de demandas derivadas dos distintos grupos sociais. Decorrem daí novas formas de ocupação das pessoas e a própria diversificação das atividades econômicas. No entanto, essa multiplicidade de funções do espaço rural vai depender, de um lado, da maneira como as bases agrícolas se articulam neste cenário e, de outro, de como os diversos grupos sociais se ajustam diante dessa nova articulação da produção agropecuária.

É neste contexto que emerge com maior vigor o tema da pluriatividade<sup>1</sup>, que pode ser concebido tanto como uma estratégia de reprodução e de

1 A pluriatividade toma como referência a família e descreve, segundo definições de Fuller (1990), uma unidade produtiva multidimensional, em que as pessoas se envolvem em atividades agrícolas e em atividades não-agrícolas, tanto interna como externamente aos estabelecimentos, recebendo diferentes tipos de remuneração. Resumidamente, as famílias tornam-se pluriativas quando um ou mais membros passa a com combinar as atividades agrícolas com atividades não-

sobrevivência do produtor familiar como uma opção pessoal. De um modo geral, pode-se dizer que essas duas alternativas estão condicionadas pelo ambiente socioeconômico onde essas famílias se inserem e pela dinâmica interna às famílias, tema este que nos remete a outras questões correlatas, como é o caso das formas de herança, do exercício do poder etc., as quais não serão contempladas no presente estudo.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo elencar algumas das principais questões que marcaram a evolução histórica do debate sobre a pluriatividade. O texto contém mais três seções, além desta introdução. Na primeira delas, discute-se o cenário em que ocorreram as discussões sobre o tema. Na segunda seção, apresenta-se a evolução dos debates sobre a pluriatividade, destacando-se os elementos centrais que condicionaram a maioria dos estudos. Finalmente, na terceira seção são feitas algumas considerações gerais sobre o tema da pluriatividade no contexto atual.

## 2 – O CENÁRIO DOS DEBATES

Na literatura internacional, embora o assunto continue sendo bastante polêmico, nas últimas décadas as discussões caminham para certo consenso. Em grande medida, os critérios adotados (tempo de trabalho, origem da renda, pessoas ou famílias envolvidas) interferem diretamente nos níveis de pluriatividade. Neste sentido, este item procurará, com base na literatura especializada, discutir os principais aspectos desse debate<sup>2</sup>.

Tradicionalmente, a decisão de ter uma segunda ocupação (agrícola ou não-agrícola) que gerasse novas fontes de renda às famílias era tida com sendo responsabilidade do chefe da exploração. Neste caso, desconsiderava-se a inserção produtiva do conjunto dos membros familiares e a família, enquanto uma unidade econômica e social, não era examinada. Esse fenômeno ficou conhecido por “agricultura de tempo parcial”, pois

agrícolas, tanto interna como externamente às unidades de produção.

2 Maiores detalhes podem ser obtidos em Kageyama (1998).

se limitava a analisar apenas os movimentos do titular das unidades de produção<sup>3</sup>.

Somente nos anos 1980 é que o eixo central do debate mudou, quando novos elementos foram incorporados à discussão sobre o futuro do mundo rural. Por um lado, a crise agrícola obrigou a uma reformulação do modelo produtivista baseado na revolução verde, o qual causou um excesso de produção tanto nos EUA como na Europa. Com isso, todo o aparato institucional que deu suporte a esse modelo foi revisto, iniciando-se um processo de reordenamento da produção. Por outro lado, os elevados custos sociais que garantiram essa superprodução agrícola e as preocupações recentes com a temática ambiental também foram decisivos para a conformação de uma nova estratégia de produção alimentar, em que a prática de atividades econômicas em setores extra-agrícolas passou a ser considerada como importante para as unidades familiares de produção.

É neste contexto que a discussão sobre “agricultura de tempo parcial” muda de enfoque e dá lugar, em praticamente todos os estudos, à noção de pluriatividade. Na verdade, essa mudança reflete uma ampliação conceitual com o objetivo de incluir as outras ligações das unidades familiares com a produção, com o mercado de trabalho e com os demais setores econômicos no entorno.

Com isso, ao focalizar suas atenções sobre a dinâmica do trabalho e da renda das unidades familiares de produção, a noção de pluriatividade acabou incorporando as características da denominação anterior (*part-time farming*)<sup>4</sup>. A designação *part-time farming* perdeu seu valor heurístico porque os estudos da agricultura em tempo parcial restringiam suas análises às atividades do chefe da família e às unidades de produção, ignorando por

completo as atividades dos demais membros do universo familiar.

Deste modo, a nova noção propicia uma separação dos padrões tradicionais do trabalho, tanto em termos dos membros familiares como no que se refere às atividades produtivas, além de descrever uma unidade de produção multidimensional na qual a agricultura e as outras atividades estão compreendidas e inter-relacionadas.

Neste sentido, a pluriatividade, ao descrever a agricultura em conjunção com outras atividades externas às propriedades que geram ocupação da mão-de-obra e novas fontes de rendimento, faz subsumir diante de si os demais termos que também procuravam descrever esse fenômeno (*part-time farming; multiple job-holding; farming diversification*). Por isso, a força dessa noção está no fato de considerar os aspectos relacionados ao trabalho de todos os membros familiares e a sua inserção nos sistemas econômicos e sociais<sup>5</sup>.

Este processo de mudanças na dinâmica familiar foi discutido por diversos autores. Analisando a pluriatividade na Nova Zelândia e partindo do enfoque familiar para explorar a interação entre a organização familiar, o mercado e as relações de produção, Le Heron; Roche e Johnston (1994) afirmam que a pluriatividade é o resultado de diversas negociações entre indivíduos e famílias e uma resposta às mudanças no ambiente socioeconômico. Decorre daí a complexidade do fenômeno, o qual poderá emergir a partir de uma série de processos que estão articulados à unidade familiar de produção, mas que também poderão emergir do ambiente externo a ela.

Este ponto de vista foi corroborado por Shucksmith e Smith (1991), uma vez que, para esses autores, as relações familiares tornaram-se altamente flexíveis e permitiram a adoção de diferentes estratégias para se adaptarem às mudanças internas e externas. Neste caso, a família pluriativa é uma das principais responsáveis pela persistência da produção familiar européia, mesmo que enfrentando barreiras de ordem econômica

3 Segundo Fuller (1984), os estudos continuavam a descrever o fenômeno em termos dos atributos físicos e produtivos das unidades de exploração, focalizando os requerimentos sociais especificamente sobre o operador da unidade de produção.

4 Ainda segundo Fuller (1990), os elementos fundamentais que auxiliaram na ampliação conceitual dos anos 1980 foram: os problemas derivados do enfoque restrito dos estudos do *part-time*; as reformas na Política Agrícola Comum (PAC); e os estudos da Fundação Arkleton Trust.

5 Veja Evans e Ilbery (1993).

(essas unidades de produção não conseguem promover um processo de diversificação do uso da terra para outras atividades devido à falta de recursos financeiros) e também de ordem social (agricultores têm medo de se tornarem proletários e relutam em aceitar trabalhos pouco remunerados e de baixo *status*).

Deste modo, observa-se que a integração crescente da agricultura aos demais setores da economia alterou a estrutura e a composição do trabalho rural. Por um lado, a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho agrícola de tal forma que muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora se individualizam, liberando mão-de-obra no interior das famílias<sup>6</sup>. Por outro, essa integração vertical que padroniza os sistemas produtivos visando atender os mercados segmentados e também os “nichos de mercado”, provoca um crescimento dos índices de flexibilização e informalização do trabalho rural<sup>7</sup>, que se traduz em um aumento do número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que já não estão mais diretamente relacionadas à produção agrícola especificamente.

Este processo que possibilita a uma pessoa conjugar vários papéis (tornar-se pluriativo), dá ao agricultor um duplo caráter: o de empregado e de trabalhador conta-própria ao mesmo tempo. Neste caso, o trabalho por conta própria e a pluriatividade não são, como poderiam parecer, um resíduo da situação anterior, mas um novo fenômeno que está ligado ao desenvolvimento rural contemporâneo, em que a agricultura é cada vez menos um setor com o seu próprio mercado de trabalho<sup>8</sup>.

6Este processo rebate mais fortemente sobre o sistema de produção familiar. Segundo Baptista (1993), este sistema de produção especializou-se de tal forma que as atividades agrícolas são crescentemente asseguradas pelo chefe da exploração. Com isso, libera-se parte da mão-de-obra familiar que passa a buscar ocupação em atividades fora da agricultura. No entanto, ressalta-se que este não é um processo homogêneo e que não afeta de forma idêntica a todas as explorações familiares.

7Alguns autores denominam este processo de padrão “pós-fordista” de produção.

8Para maiores detalhes, vide Mingione e Pugliese (1987).

### 3 – ELEMENTOS DO DEBATE SOBRE PLURIATIVIDADE

Ao longo das últimas décadas, o debate sobre o tema nos países desenvolvidos foi permeado por uma série de questões que serão discutidas a seguir, as quais estão diretamente relacionadas às novas funções do espaço rural, às mudanças em curso que redefinem o trabalho rural e às relações técnico-produtivas que redimensionam o papel dos atores sociais rurais, em especial, dos agricultores.

O primeiro elemento da discussão foi a multiplicidade de processos englobados sob a noção de pluriatividade<sup>9</sup>, uma vez que se trata de um fenômeno extremamente heterogêneo e que, segundo Blanc (1987), poderia ser considerado como uma adaptação do setor agrário às transformações macroeconômicas e macrosociais, em que as famílias agrícolas, visando diversificar suas fontes de rendas, duplicam suas atividades e suas jornadas de trabalho. Neste caso, o entorno socioeconômico onde as unidades de exploração se inserem aparece como o elemento decisivo para a continuidade da pluriatividade. Em outros termos, é o conjunto de forças externas que define o contexto em que a família tomará suas decisões e definirá suas estratégias de produção<sup>10</sup>.

Em função disso, muitos autores defendem que as explicações das formas contemporâneas da pluriatividade devem estar amparadas fundamentalmente no processo de reestruturação capitalista e nas mudanças econômicas e sociais em curso, as quais caracterizam a pluriatividade como um fenômeno intersetorial que não pode ser apreendido apenas a partir das estratégias de reprodução social dos produtores familiares.

9Concordamos com Carneiro (1996) quando afirma que o termo pluriatividade é uma noção ampla, englobando processos sociais distintos que estão referenciados ao contexto socioeconômico que os gerou. Neste caso, a pluriatividade poderia ser utilizada para se analisar a reestruturação técnico-produtiva e as mudanças no mercado de trabalho rural geradas a partir do processo de modernização da agricultura do pós-guerra e das próprias alterações do sistema econômico.

10Para maiores detalhes, veja Fuller (1984, 1987); Saraceno (1987) e Extezarreta (1995). Também Bryden (1995) afirma que, para se entender o processo de ajuste dos domicílios rurais, é necessário considerar as relações entre as famílias e o contexto no qual estão inseridas.

Neste caso, é necessário incorporar às análises os principais elementos que caracterizam a reestruturação das sociedades contemporâneas. Uma dessas características relevantes é a fragmentação e a precarização das relações de trabalho associadas ao crescimento de novas formas de trabalho que emergiram a partir da crise econômica dos anos 1970 com o declínio do “padrão fordista”. Nunca esquecendo, porém que a dimensão desse processo varia de acordo com o nível de desenvolvimento de cada sociedade, tendo em vista que, nas sociedades mais avançadas, ocorre uma elevação dos índices tecnológicos entre os setores econômicos essenciais, enquanto nas sociedades menos desenvolvidas a flexibilidade, a informalização e a precarização ocorrem através da mobilização da força de trabalho<sup>11</sup>.

Nos países desenvolvidos, a pluriatividade, embora amplamente estudada e documentada há várias décadas, não foi incorporada adequadamente aos programas de desenvolvimento rural. Um exemplo dessa falta de sintonia ocorreu com a Política Agrícola Comum da Comunidade Européia (CE), que, até recentemente, excluía do quadro de beneficiários os agricultores que recebiam rendas de ocupações não-agrícolas<sup>12</sup>.

A adoção da noção de pluriatividade pela literatura especializada também foi facilitada a partir da incorporação neste debate de duas variáveis fundamentais: a unidade de análise relevante<sup>13</sup> e o

enfoque sobre as atividades não-agrícolas. No primeiro caso, a família, e não mais o responsável ou o estabelecimento, passou a ser a base das análises que avaliavam a alocação e a distribuição da força de trabalho. Além disso, a nova noção também passou a dar mais atenção às atividades que ocorriam fora das propriedades. Neste caso, o ambiente socioeconômico onde as unidades de exploração se inseriam passou a ser decisivo nos diversos estudos. Desta forma, o termo pluriatividade passou a explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento, atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades em outros estabelecimentos agrícolas (prestação de serviços). Nesta lógica, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração<sup>14</sup>.

Deste modo, chegou-se à conclusão de que a pluriatividade refletia a visão de que o desenvolvimento contemporâneo da produção familiar e suas interações (família-exploração-mercado) ligadas à agricultura deveriam ser teorizadas, primeiramente, como parte mais ampla da evolução do capitalismo e, secundariamente, como parte de uma rede multissetorial de atividades que vão além da agricultura. Nesta perspectiva, o fenômeno da pluriatividade é visto como um aspecto da geografia de acumulação de capital na esfera agrária, além de representar uma constante mercantilização das relações sociais de produção e de reprodução<sup>15</sup>. Esta concepção permite entender melhor as interações entre os grupos familiares, as unidades de exploração e o contexto socioeconômico onde elas se inserem, dando uma visão ampla ao fenômeno.

Na passagem das designações anteriores para a noção de pluriatividade também foi importante o debate acadêmico sobre a **transitoriedade ou não desse fenômeno**. Essa questão ocupou por um longo período a agenda de debates sobre o tema. Desde o início até a década de 1970, a maior parte

---

11Argumentação baseada em Reis et al. (1990). Na mesma direção, Commins (1987) afirma que os estudos da pluriatividade entre os domicílios rurais devem procurar um contexto mais amplo que o da unidade de produção, visando contemplar o processo de reestruturação da economia e os ajustes das políticas públicas, bem como todos os problemas daí decorrentes. Segundo o autor, este procedimento permite visualizar melhor os vínculos cada vez mais estreitos entre a economia agrária e as demais atividades econômicas não-agrícolas.

12As reformas das políticas dos países desenvolvidos finalizadas durante a década de noventa deram uma nova abordagem aos programas de desenvolvimento rural. Neste cenário, a pluriatividade entrou definitivamente na agenda pública, passando a fazer parte do cotidiano de trabalho dos mais variados atores sociais (agricultores, pesquisadores, formuladores de políticas, governos etc.).

13Sobre a unidade de análise, nota-se que a literatura internacional chegou a um consenso a partir do momento que se passou

---

a descartar, *a priori*, as análises que consideravam apenas a exploração e o operador-chefe como as unidades relevantes.

14Ver Fuller (1990).

15Veja Le Heron; Roche e Johnston (1994).

dos estudos considerou essa prática como uma fase de transição da agricultura para outras atividades econômicas, o que levaria o agricultor ao processo de proletarização. Neste caso, o fenômeno era explicado como sendo um problema associado aos baixos níveis de renda dos agricultores que viviam em áreas menos favorecidas. Em grande parte, isso decorria do fato de que a literatura se preocupava em descrever apenas os atributos da unidade de exploração e as necessidades sociais do operador-chefe da unidade produtiva. Especificamente nos EUA, o foco central dos estudos era o trabalho *full-time*, sendo que o *part-time* era visto como algo inadequado e relacionado às baixas produções.

Mas foi justamente um autor norte-americano – Buttel (1982) – quem por primeiro alertou para o caráter mais estável e permanente da pluriatividade. Para ele, a emergência desse fenômeno está fortemente enraizada às mudanças que ocorreram na economia e nas políticas setoriais nas sociedades capitalistas, fazendo com que os agricultores de tempo parcial passassem a ser parte integrante das classes agrárias. Neste caso, a *part-time farming* representaria uma combinação mais estável do trabalho agrícola com as ocupações não-agrícolas, retirando o caráter de transitoriedade das pessoas que se vinculavam parcialmente à agricultura.

Na Europa, estudos realizados a partir da década de 1970 também chamaram a atenção para a perenidade do fenômeno. Neste caso, notam-se duas mudanças importantes nos enfoques: por um lado, passou-se a aceitar que a pluriatividade comportava diferentes padrões e que os seus índices eram diretamente proporcionais às oportunidades existentes fora das unidades de produção; e, por outro, admitiu-se a idéia de que a pluriatividade é um elemento característico das mudanças mais gerais que estavam ocorrendo nas sociedades.

A partir daí, os estudos das décadas seguintes passaram a focalizar sua atenção sobre a alocação da força de trabalho de todos os membros das famílias, sobre as diferentes formas de remuneração do trabalho e sobre o ambiente social e econômico do entorno onde as unidades de exploração se inseriam. Com isso, a noção de pluriatividade foi ampliada e passou a ser vista como uma forma alternativa

de trabalho para as populações rurais, ao mesmo tempo que deixou de ser considerada um sinônimo das designações anteriores<sup>16</sup>.

Em sintonia com o ponto anterior aparece o quarto elemento importante deste debate: a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares de produção. A maior parte dos estudos realizados nas últimas décadas ressaltou que a decisão de ter ou não uma atividade não-agrícola está relacionada a três variáveis fundamentais: aos condicionantes familiares, às características das explorações e às condições do entorno socioeconômico.

Desta forma, o fenômeno da pluriatividade assume diferentes significados. Por um lado, um grupo de autores<sup>17</sup> afirma que a pluriatividade representa uma expansão da ótica de acumulação mais do que uma estratégia de sobrevivência, devido ao fato de que está ocorrendo um enorme processo de reconstituição produtiva do espaço agrário. Neste caso, esse fenômeno poderia ser classificado tanto como uma forma de adaptação às transformações do tecido econômico e social quanto ser compreendido como uma parte do processo de mercantilização das relações sociais de produção em curso no meio rural.

Há, entretanto, um outro grupo de autores<sup>18</sup> que concebe a pluriatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência, porém com diferentes enfoques. Neste caso, observa-se que a pluriatividade pode ser uma estratégia de diversificação das fontes de renda familiar (DE VRIES, 1993); uma forma de restabelecimento da organização familiar (O'HARA, 1987); um meio de manter as pessoas ocupadas e continuar as atividades agrárias (BRUN); e uma forma de obter rendas maiores

16 Uma descrição pormenorizada desse processo poderá ser encontrada em Fuller (1983, 1984 e 1990). Segundo esse autor, três elementos foram fundamentais na ampliação dos estudos da pluriatividade a partir dos anos 1980: o papel desempenhado pelos estudos do *Arkleton Trust Project*, as reformas na Política Agrícola Comum (PAC) e a mudança de enfoque do chefe da exploração para o conjunto da família.

17 Dentre estes, destacam-se Marsden (1995) e Pugliese (1991).

18 Fazem parte deste grupo De Vries (1993); Fuller (1984); O'Hara (1987) e Brun (1987), entre outros.

com o objetivo de melhorar as condições de vida. (EXTEZARRETA, 1995)<sup>19</sup>.

O fato é que a pluriatividade contém diferentes significados, varia de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade<sup>20</sup> e pode ser compreendida de diferentes maneiras em relação à sua função e à sua importância. Neste artigo, concebemos a pluriatividade não apenas como uma estratégia de sobrevivência ou de acumulação de capital, mas como resultado das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, das explorações e do contexto socioeconômico onde essas famílias e essas unidades de exploração se inserem.

O reconhecimento desses nexos de relações implica em compreender a pluriatividade como resultado de diversas negociações entre indivíduos, cada qual com diferentes funções e valores nas famílias, nas explorações e nos negócios (mercados), variando as preferências aos riscos, aos ajustes no desenvolvimento do ciclo familiar, à entrada ou saída das atividades agrícolas, à continuidade das atividades agrícolas de geração para geração, ao financiamento interno ou externo das unidades de exploração e à organização do trabalho na unidade de exploração, no seio familiar e nos setores externos<sup>21</sup>.

Esta concepção nos remete ao quinto aspecto importante desta discussão: os fatores promotores da pluriatividade. Neste caso, observa-se que a literatura especializada oferece uma gama de interpretações sobre a decisão de ter ou não uma dupla atividade. As razões podem ser de natureza econômica (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais etc.), de natureza social (nível de

escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria dos níveis de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente, desejo de exercer outras funções comunitárias etc.), de natureza pessoal (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras etc.), de natureza contextual (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente socioeconômico local, inter-relações técnico-produtivas etc.) e de natureza de lazer (sítios, chácaras de final de semana, áreas de preservação ambiental etc.).

Graziano da Silva (1998) sintetizou os fatores promotores da pluriatividade da seguinte forma:

- a) desmonte das unidades produtivas, no sentido de que muitas das atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executadas por terceiros contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo<sup>22</sup>;
- b) decorrente do anterior, nota-se o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas<sup>23</sup>;
- c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros<sup>24</sup>;
- d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição;
- e) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação,

19 Além disso, para Shucksmith e Smith (1991), a expansão da pluriatividade pode ser creditada ao processo de diversificação das propriedades familiares, mas também à expansão ao meio rural de famílias que não possuem *background* agrícola e que desempenham outras atividades sociais.

20 Nos países em desenvolvimento, segundo Fuller (1984), o avanço do capitalismo agrário rompeu com as condições socioeconômicas locais que davam suporte às organizações locais. Neste caso, a pluriatividade aparece então como uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores familiares.

21Veja Le Heron; Roche e Johnston (1994).

22 Friedland e Pugliese (1989).

23 Blakely e Bradshaw (1985).

24 Graziano da Silva et al. (1997).

possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação<sup>25</sup>.

No caso específico da América Latina, há diversas explicações na literatura especializada sobre a evolução das Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA). Em um estudo realizado pela OIT/Prealc, Klein (1992), após comparar os dados dos anos 1970 e 1980 para todos os países do Continente Latino-americano, sustentou a hipótese de que o volume e a evolução do emprego rural não-agrícola estão relacionados nem tanto com o nível de renda *per capita* dos países, mas, sim, com as características geográficas dos países e a conseqüente distribuição espacial da população, além das características do desenvolvimento da agricultura em geral.

Analisando o crescimento das ORNA por ramo de atividade, o autor concluiu que os ramos da indústria, do comércio e de serviços vêm aumentando sua participação nesse tipo de emprego. Isso decorre, segundo o autor, da forte queda do emprego nas atividades especificamente agrícolas e da extensão e ampliação dos mercados de bens e de serviços para os setores rurais, que, em parte, são produzidos pela própria modernização da agricultura. Neste caso, cita-se como exemplo que a tecnificação do trabalho agrícola requer mais ferramentas e insumos produtivos, os quais podem ser produzidos a partir das indústrias rurais. Deste modo, o incremento das ORNA é, no fundo, um bom reflexo do processo de desenvolvimento dos países da região e, particularmente, da agricultura.

Além disso, o autor ressalta mais dois fatores importantes sobre as ORNA. O primeiro é que o mercado de trabalho não-agrícola é homogêneo do ponto de vista da estrutura do emprego dos ramos de atividade, sugerindo que há uma integração entre os mercados urbano e rural. O segundo fator é que, no setor rural, é muito comum que uma parte da mão-de-obra trabalhe em dois ou mais setores de atividade ao longo do ano, fenômeno que está relacionado, por um lado, à grande importância da agricultura enquanto fonte geradora de emprego e,

por outro, à estabilização da demanda de empregos agrícolas.

Em síntese, para o referido autor, o desenvolvimento das atividades rurais em geral está fortemente associado ao crescimento da agricultura, enquanto a expansão rápida das atividades não-agrícolas nas áreas rurais é uma resposta ao desenvolvimento da própria agricultura e das atividades a ela relacionadas, destacando-se as atividades de serviços.

Estas formulações permitem afirmar que, embora o estudo reconheça que o crescimento das ORNA possa ocorrer através de outros setores externos, citando como exemplo a indústria rural com seus mecanismos a montante, o autor continua preso à idéia de que, fundamentalmente, a elevação dos níveis das ORNA está condicionada pelas tendências do desenvolvimento agrícola e por algumas atividades que se expandiriam a partir da agricultura. Neste caso, desconsideram-se as possibilidades de gerar as ORNA ao longo de toda a cadeia produtiva, principalmente nos setores “a jusante” e/ou externos às atividades estritamente agrícolas.

Outros trabalhos recentes também seguem nessa mesma direção. Weller (1997), ao analisar o processo de geração das ORNA na região do Istmo Centro-americano<sup>26</sup>, concluiu serem as próprias características do setor agropecuário as responsáveis pela geração deste tipo de emprego, uma vez que tanto o emprego não-agrícola produtivo como o “emprego de refúgio” surgem a partir da agricultura. Neste caso, observa-se que o crescimento das ORNA fica condicionado ao desenvolvimento da própria agricultura, ainda que se reconheça a existência de alguns setores não-vinculados à agricultura que poderiam gerar ocupações não-agrícolas.

Na verdade, as análises dos dois autores são muito próximas, uma vez que ambas se sustentam na lógica de que a geração das ORNA ocorre a partir do desenvolvimento das atividades agropecuárias. Segundo Graziano da Silva et al. (1997), isso é suficiente apenas para explicar a evolução das ORNA em regiões tipicamente agrícolas com uma estrutura

25 Barlett (1986).

26 O Istmo Centro-americano diz respeito aos países da Costa Rica, Honduras, Panamá e Guatemala.

agrária bimodal, onde convivem grandes fazendas assentadas no trabalho assalariado e pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalho rurais e urbanos bastante diferenciados. Nesses casos, de fato, as ORNA aparecem numa fase inicial do desenvolvimento agrícola fortemente vinculado às próprias atividades agropecuárias, como se fossem um desdobramento natural delas, assumindo as formas, por exemplo, de atividades externalizadas que antes se realizavam no interior das próprias grandes fazendas.

Segundo esse autor, especificamente para o caso brasileiro, em função da importância que adquirem nas regiões mais urbanizadas do país tanto as demandas da população urbana como as da população residente no meio rural, parece fundamental mencionar também outras dinâmicas não-relacionadas diretamente às atividades agropecuárias, destacando-se:

- 1) a demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio), bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.);
- 2) a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e luz elétrica;
- 3) a demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como uma alternativa favorável de locação para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição etc.).

De algum modo, pode-se dizer que essas outras dinâmicas citadas pelo autor têm origem nas novas funções que o espaço rural passou a desempenhar, as quais não estão relacionadas às atividades especificamente agrícolas. Na literatura internacional, este

processo foi descrito por Marsden (1992) como sendo a “commoditização do espaço rural”. Trata-se da valorização das áreas rurais a partir da implementação de uma série de atividades econômicas relacionadas à preservação ambiental, ao turismo rural, à produção artesanal, ao desenvolvimento de novos produtos etc., atividades estas que geram rendas e novas formas de ocupações para as populações rurais.

No Brasil, só recentemente, começaram a surgir trabalhos com uma dimensão mais abrangente visando documentar a pluriatividade em sua totalidade, ao mesmo tempo que se procurou seguir os parâmetros de estudos realizados em outros países e continentes. Portanto, este é um tema que deverá permanecer na agenda de pesquisa de parte dos estudiosos das novas ruralidades.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema da pluriatividade passou a ter maior destaque nos debates acadêmicos quando as preocupações se deslocaram da unidade de produção em direção à família, ao mesmo tempo que deixou de se concentrar apenas na análise das atividades agrícolas, o que implicou incorporar nos estudos também as atividades e as rendas não-agrícolas do conjunto dos membros das famílias.

Isto porque, segundo Fuller (1990), as propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, o que lhes possibilita ter distintas fontes de renda. Neste caso, sua ocorrência revela a existência de unidades produtivas que podem ser consideradas multidimensionais, pois praticam, além da agricultura, outras atividades econômicas.

Para que isto ocorra, entretanto o ambiente socioeconômico externo às unidades de produção agrícola passou a ser um dos elementos mais importantes no desenvolvimento da pluriatividade, uma vez que ele, ao condicionar suas possibilidades concretas, determina o nível de interação entre as atividades desenvolvidas interna e externamente às unidades de produção. Como resultado deste processo, nota-se que as explicações que procuravam restringir o fenômeno da pluriatividade unicamente ao horizonte das estratégias de reprodução das

famílias agrícolas acabaram perdendo espaço para as explicações mais globais.

Uma das maneiras mais recomendadas recentemente pela literatura especializada para determinar o nível da pluriatividade é a análise do comportamento do trabalho do conjunto dos membros das famílias. Isto porque, como vimos nos casos descritos em diversos países europeus e também nos Estados Unidos, as transformações estruturais do capitalismo agrário impactaram decisivamente sobre a forma tradicional de articulação das famílias com as unidades de produção, subordinando estas às estratégias gerais das primeiras. Com isso, a incorporação de novas atividades à paisagem rural possibilitou a redefinição das estratégias das famílias, tanto em termos das ocupações como em termos da geração de renda.

Neste caso, ganha destaque no debate sobre a ruralidade contemporânea o tema da inter-relação urbano-rural, a qual poderá ser útil para avaliar os efeitos das imbricações desses dois espaços geográficos num contexto socioeconômico em que é cada vez menor o peso da agricultura, tanto em termos das formas de ocupação como da geração da renda familiar. Este caminho tornaria possível pensar o mundo rural de uma maneira menos simétrica, uma vez que o rural nesta nova concepção foge à interpretação tradicional que sempre o considerou como sendo o oposto do ambiente urbano.

## Abstract

This article makes a shortly revision in the specialized literature about pluri-activity with the intention to describe the main elements that marked the transition from part-time farming to pluri-activity, notion which tries to explain the contemporary changes in the workforce allocation in the rural areas. This way, it is observed that many productive units became multidimensional when they combine agricultural activities with many others economics activities.

## Key-words:

Agriculture; Rurality; Pluri-activity.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, F. **Agricultura, espaço e sociedade rural**. Lisboa: Editora Fora de Texto, 1993.

BARLETT, P. Part-time farming: saving the farm or saving the life-style?. **Rural Sociology**, v. 51, n. 3, p. 289-313, 1986.

BARROS, A.; MENDES, F. R. Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa. **Análise Social**, v.19, n. 75, p. 57-78, 1983.

BARTHEZ, A. Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: colóquio de Montpellier**. [S.l.], 1987. p. 161-177.

BLAKELY, E.; BRADASHAW, T. América rural: un nuevo contexto. **Agricultura y Sociedad**, n. 36-37, p. 310-331, 1985.

BLANC, M. Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconómico. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: coloquio de Montpellier**. [S.l.], 1987. p. 89-109.

BRYDEN, J. Pluriactividad rural en Europa: el proyecto "rural change in Europe". In: REAL, E. R.; VILLALIÓN, J. C. (Coord.). **Hacia un nuevo sistema rural**. Madrid: Ministerio de Agricultura, 1995. p. 459-481. (Série estudios).

BRUN, A. Pluriatividade agraria en Francia: medidas y concepciones. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: coloquio de Montpellier**. [S.l.], 1987. p. 247-274.

BRUN, A. A família como unidade de análise do setor agrícola. **Économie Rurale**, n. 194, p. 3-8, 1989.

BUTTEL, F. The political economy of part-time farming. **GeoJournal**, n. 6, p. 293-300, 1982.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, p. 89-104, 1996.

- COMMINS, P. El contexto global. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: colóquio de Montpellier**. [S.I.], 1987. p. 57-88.
- DEL GROSSI, M. E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1981 a 1995**. 1999. 222 f. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 1999.
- DE VRIES, V. M. Farming with others gainful activities in the rural areas. **Sociologia Ruralis**, n. 33, p. 263-268, 1993.
- EVANS, N. J.; ILBERY, B. W. The pluriactivity, part-time farming and farm diversification debate. **Environment and Planning**, v. 25, p. 945-959, 1993.
- EXTEZARRETA, M. La pluriactividad. In: BRASIL. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitárias**. Madrid, 1995. p. 409-453. (Série Estudos, n. 92).
- FRIEDLAND, W.; PUGLIESE, E. Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture. **Sociologia Ruralis**, n. 29, p. 149-165, 1989.
- FULLER, A. Introducción. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: coloquio de Montpellier**. [S.I.], 1987. p. 9-21.
- \_\_\_\_\_. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. **Research in rural sociology and development**. Connecticut: Jai Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. Part-time farming and the farm family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, v. 23, n.1, p. 5-9, 1983.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, p. 361-373, 1990.
- GAMA, A. Indústria e produção de um espaço peri-urbano. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 22, p. 33-53, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- \_\_\_\_\_. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 26-52, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 50-64, 1997.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: CONGRESSO DA SOBER, 36., Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en América Latina**. Santiago: PREAL, 1992. (Documento, n. 364).
- LE HERON, R.; ROCHE, M.; JOHNSTON, T. Pluriactivity in New Zeland agriculture in the 1980s: a benchmark study of livestock and fruit agro-commodity systems. **Geoforum**, v. 25, p. 155-172, 1994.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture?: regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 11/3, p. 285-296, 1995.
- \_\_\_\_\_. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2-3, p. 209-230, 1992.
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. **Revista Crítica de Ciências**, n. 22, p. 83-99, 1987.
- NEWBY, H. Cambio estructural en la agricultura y futuro de la sociedad rural. **Agricultura y Sociedad**, n. 38-39, p. 171-184, Ene. 1986.
- \_\_\_\_\_. La familia y la explotación agraria. ARKLETON RESEARCH. **Cambio Rural en Europa: coloquio de Montpellier**. [S.I.], 1987. p. 155-159.
- O'HARA, P. Dentro de la “caja negra”: la necesidad de examinar la dinámica interna de las explotaciones agrarias familiares. In: ARKLETON RESEARCH.

**Cambio Rural en Europa:** coloquio de Montpellier. [S.l.], 1987. p. 179-192.

PUGLIESE, E. Agriculture and the new division of labor. In: FRIEDLAND, W. et al. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder: Westview Press, 1991.

REIS, J. et al. How 'rural' is agriculture pluriactivity?. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p. 395-399, 1990.

SARACENO, E. La evolución de las estructuras agrarias y el papel de la pluriactividad en los procesos de industrialización antiguos y actuales. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa:** coloquio de Montpellier. [S.l.], 1987. p. 117-132.

SHUCKSMITH, D.; SMITH, R. Farm household strategies and pluriactivity in Upland Scotland. **Journal of Agricultural Economics**, v. 42, p. 340-353, 1991.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, p. 105-129, 1995.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. **Revista de la Cepal**, n. 62, p. 75-90, 1997.

---

Recebido para publicação em 15.10.2007.